

# PRÁTICA DE LETRAMENTO PARA SURDOS EM SALAS DE RECURSOS E ESCOLA DE SURDOS PARA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA

Carla Cristine Tescaro Santos Lino<sup>1</sup>; Claudia Aparecida Prates<sup>2</sup>

carlatescaro@yahoo.com.br

*<sup>1</sup>Doutoranda em Educação Especial – UNESP campus de Marília, Professora Bilíngue em Sala de Recursos Surdez; <sup>2</sup>Pedagoga, Mestra em Educação Escolar, Supervisora Pedagógica no Instituto Federal de Educação-I-FRO, Campus Vilhena*

## Introdução

A questão da educação de surdos tem se mostrado em evidência, gerando importantes discussões, uma vez que, em escolas regulares, os profissionais da educação têm-se deparado com a falta de preparo profissional e com o fracasso do progresso acadêmico do estudante que, por apresentar uma limitação auditiva, não consegue se igualar ao desempenho escolar de estudantes ouvintes, mesmo tendo sua capacidade cognitiva preservada. O que demonstram as pesquisas, segundo Lacerda (2007), é que as metodologias do sistema de ensino, utilizadas em sala de aula para proporcionar o conhecimento científico do estudante surdo, são inadequadas, contradizendo a proposta de “educação para todos”.<sup>7</sup>

Na década de 60, deu-se início ao estudo e compreensão da importância da língua de sinais para o processo de aprendizagem do estudante surdo, ainda que timidamente. Inicialmente, esse processo era visto como uma abordagem clínica Oralista. Desta forma, os estudantes surdos fracassaram em seu desenvolvimento acadêmico ao terem que abstrair conceitos, e eram vistos em sua grande maioria, como seres dependentes, inseguros e até “deficientes mentais”, e a escola, ao contrário de educar, exercia a função terapêutica, uma vez que estes estudantes, pelo entendimento escolar daquele momento, não compreendiam a linguagem falada e não poderiam ser educados.

Em se tratando do “oralismo”<sup>8</sup> para a maioria dos surdos, um dos processos da aquisição da fala é o desenvolvimento da capacidade de receber, reconhecer, identificar, discriminar e manipular as características e processos do mundo que os cerca, ou seja, a recepção dos estímulos sensoriais, principalmente auditivos, visuais e cinestésicos, sob o comando do Sistema Nervoso Central (SNC).

De acordo com Lenneberg (1967, p.43), a aquisição da linguagem pela audição:

[...] é uma função que depende do tempo e está relacionada a períodos de maturação precoce, que são denominados períodos críticos para o desenvolvimento de funções biológicas, as quais são responsáveis pela aquisição da linguagem em tempo certo.

A audição, sendo um dos principais canais de comunicação do ser humano, e, na falta dela, poderá haver interferência na recepção da linguagem, na produção, no desenvolvimento do pensamento, na memória e raciocínio, permitindo dificuldades educacionais aos estudantes. Professores que desconhecem a surdez ou a veem como um problema clínico podem acreditar que o estudante com déficit auditivo,

<sup>7</sup> Ver Declaração de Salamanca – UNESCO, 1994.

<sup>8</sup> O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada pela estimulação auditiva, reabilitando a criança surda rumo à normalidade. (GOLDFELD, 1997, p.34). No caso da maioria dos surdos, a sintaxe não se realiza naturalmente pela falta de interação na língua oral. VYGOTSKY, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

deva frequentar escolas ou institutos especializados em surdez, e não estar matriculado em uma escola regular de ensino, se é que existem escolas irregulares. A falta de conhecimento do professor sobre os estudantes surdos pode acarretar perdas no processo acadêmico dos mesmos, além de dificultar as relações sociais destes com colegas que não apresentam a mesma perda sensorial.

O processo de aprendizagem da escrita das crianças ouvintes inicia-se com base no conhecimento de mundo, na estimulação precoce efetuada por especialistas e por adultos da sociedade com quem convivem, no conhecimento “oral” prévio vivenciado no dia a dia, bem como pela estimulação de todas as operações linguísticas mediadas pelas experiências que sejam capazes de serem desenvolvidas em sua língua materna, ou seja, em uma primeira língua.

Para o estudante surdo, sua limitação linguística, na maioria dos casos, se caracteriza como um problema silencioso já que sua “deficiência”<sup>9</sup> não é aparente, e a ausência de som, não é a responsável pelas dificuldades do surdo adquirir o aprendizado da escrita, mas os *inputs* linguísticos que não são compreendidos por ele na língua oral e a educação oralista, por muito tempo não tem contribuído nesse aspecto, acreditando que, quanto mais estruturas sintáticas forem adquiridas pelo surdo, mais aprenderiam a falar, porém, a linguagem era criada de forma inadequada à necessidade de uso ao seu contexto, com nível de pensamento e linguagem que não o permite expressar-se fluentemente na escrita.

Para estudiosos da língua de sinais, o bilinguismo<sup>10</sup> surgiu, na década de 90, com o objetivo de que o estudante surdo possa apresentar um desenvolvimento de competência cognitivo-linguística, além de se comunicar com a comunidade linguística majoritária<sup>11</sup>, ou seja, com os ouvintes (LACERDA, 2007), apesar de ainda estar restrito a poucos centros, pelos profissionais da educação desconhecerem a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e por não a aceitarem em seu meio linguístico (OLIVEIRA, 2003).

Com pesquisas bibliográficas a respeito do bilinguismo para surdos, pode-se refletir sobre uma melhor abordagem metodológica a ser trabalhada com o estudante surdo<sup>12</sup>, na aquisição da linguagem e escrita da língua portuguesa, pela prática de letramento, a fim de permitir a permanência deste mesmo estudante no ensino regular, direito garantido a todos pela Constituição de 1988 e Leis de Diretrizes e Bases (1996), além da CNE/CEB nº 02/2001.

Uma vez que a primeira língua do surdo deveria ser a Libras, procurou-se analisar as dificuldades encontradas no processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa escrita. Para a obtenção dos dados, foram aplicadas práticas de letramento bilíngue para surdos, com o trabalho de reescrita da produção de textos, a fim de compararmos a compreensão de gêneros textuais aplicados em atendimento de apoio pedagógico em Salas de Recursos - surdez<sup>13</sup> a estudantes surdos que frequentam a sala regular de ensino, e de estudantes frequentando uma escola de surdos.

## Objetivo

Enfatizar a aquisição da leitura e escrita em língua portuguesa por estudantes surdos, bem como demonstrar as significativas mudanças no âmbito de conceitos de aprendizagem em estudos e pesquisas de profissionais na prática de letramento e bilinguismo, considerando o processo cognitivo desses estudantes.

9 Segundo a Audiologia, é considerado deficiência auditiva a perda acima de 70 dB.

10 Para a pesquisa, nos baseamos em estudos, cursos, congressos e seminários, aulas e palestras sobre o bilinguismo para surdos (Libras e Língua Portuguesa) ministradas pela Dr<sup>a</sup> FERNANDES, S. Letramentos na educação bilíngue para surdos. In: BERBERIAN, A. P.; MASSI, Giselle; ANGELIS, C. M. de, (org.) **Letramento: referenciais em saúde e educação**. São Paulo: Plexos, 2006.

11 Não estamos considerando a relação entre sujeito e poder, mas do uso da língua portuguesa pela maioria.

12 Não consideramos aqui, surdos oralizados por quaisquer tipos de estimulação, mas que necessitam da língua de sinais.

13 SRMI-Surdez (Sala de Recursos Multifuncional I – Surdez), LDB nº 9.394/06 e Instrução nº 08/2016 SEED/SUED.

## Método

Foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o assunto, com a participação de uma das pesquisadoras desse trabalho em congressos, seminários, aulas expositivas e estudos com especialistas da área da surdez, para maior compreensão de como se aplicar adequadamente as práticas de letramento em benefício do estudante surdo na aquisição da língua portuguesa escrita em atendimentos em Salas de Recursos e em aulas de Língua Portuguesa em escola de surdos, considerando o português como L2 (língua estrangeira) a este sujeito. Houve uma abordagem quantitativa (Fonseca, 2002, p. 20) e qualitativa (Goldenberg, 1997, p. 34), categorizando os estudantes atendidos por faixa etária e grau de escolaridade, respeitando-se o grau de dificuldade dos textos trabalhados, no processo de abstração das informações fornecidas.

Os estudantes, num total de 14, com idades entre 07 e 15 anos, matriculados em escolas regulares, do 2º ao 8º anos, foram atendidos duas vezes por semana, num período de quatro horas, nas Salas de Recursos, localizadas em duas escolas estaduais em cidades no Norte do Paraná, cujo objetivo de atendimento é a educação bilíngue e as práticas de letramento na educação bilíngue para surdos<sup>14</sup>, proposto pela SEED/SUED/PR, e estudantes de uma escola de surdos, em um total de 36 estudantes, com idades entre 11 a 18 anos, do 6º ao 9º anos, com análise de produção de texto escrito em Língua Portuguesa.

Foram utilizados diversos gêneros textuais: histórias infantis, textos de revistas, de jornais em circulação na cidade: notícias, classificados, filmes em vídeo e DVDs, slogans, cartazes, folhetos de propagandas, quadrinhos, contos de Fernando Veríssimo, lendas populares, textos teatrais, textos impressos em embalagens e rótulos, bilhetes, poesias, relatos históricos, manuais, livros de consulta e didáticos. Os passos seguidos para a coleta e observação de informações: a) foram elaboradas pistas visuais relacionadas ao texto a ser trabalhado com o auxílio de “Roteiro de Leitura”; b) explicação de palavras e expressões da língua portuguesa em Libras; c) entrega do texto escrito em língua portuguesa para a leitura individual; d) dramatização das informações, em Libras, para maior compreensão dos estudantes; e) resposta a perguntas relacionadas ao texto em estudo; f) apresentação de estrutura linguística da língua portuguesa; g) apresentação de outro texto relacionado ao assunto do primeiro já trabalhado; h) produção de texto individual. A pesquisadora elaborou as atividades, aplicou-as durante todo o processo de pesquisa, corrigiu as produções de textos e registrou o material observado, comparando com a proposta elaborada por pesquisadores linguistas na área da surdez.

Trabalhou-se com o atendimento individualizado e em grupo de estudantes surdos, para interação e maior aproveitamento do estudante, considerando-se seu grau de dificuldade em adquirir o aprendizado da língua portuguesa. Vale ressaltar que durante a pesquisa, encontramos estudantes surdos profundos que apresentavam dislexia, hiperatividade, déficit de atenção e inteligência emocional de grau leve, necessitando de mais tempo para a realização das produções de texto propostas pela pesquisadora.

## Resultados e Discussão

Considerando pesquisas de autores a respeito da capacidade do surdo em apresentar fluência na escrita da língua portuguesa, a partir de metodologias adequadas à educação bilíngue para surdos, e uma das pesquisadoras desse trabalho atuar como professora pesquisadora, profissional especialista em

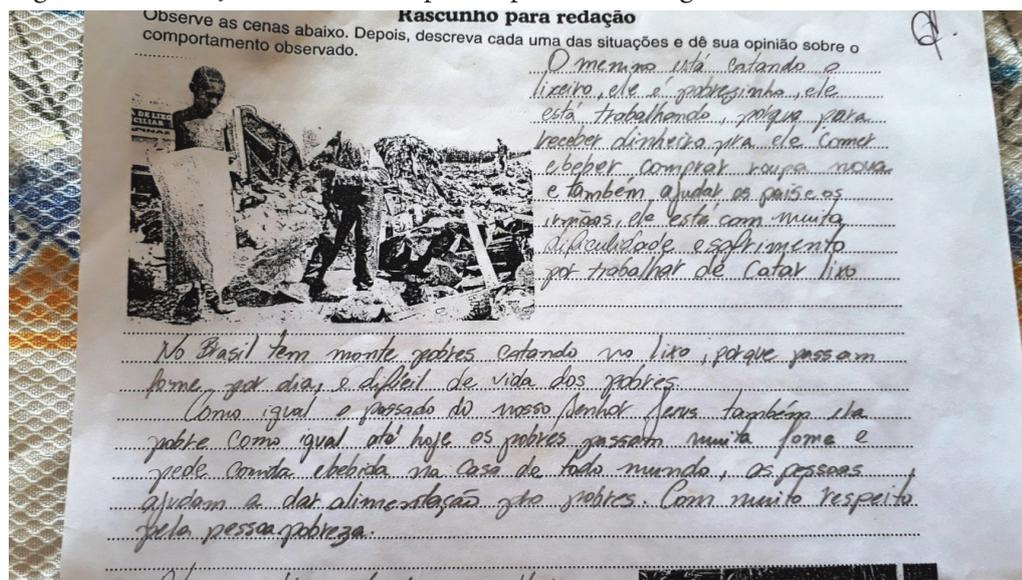
---

14 FERNANDES, S. *Letramentos na educação bilíngue para surdos*. In: BERBERIAN, A. P.; MASSI, Giselle; ANGELIS, C. M. de, (org.) **Letramento**: referenciais em saúde e educação. São Paulo: Plexus, 2006

educação especial e na área da surdez – Libras houve a possibilidade de uma pesquisa voltada à comprovação teórica e na necessidade de os estudantes surdos, incluídos no ensino regular, apresentarem adequação na estrutura linguística da língua portuguesa.

Não foi necessário o auxílio de intérprete de Libras durante os encontros com os estudantes e professores surdos, pela pesquisadora apresentar conhecimento da língua de sinais. Em alguns momentos, as produções de textos foram trabalhadas individualmente para sanar as dúvidas particulares dos estudantes e, em outras vezes, as explicações foram realizadas no quadro de giz, quando o mesmo gênero textual foi apresentado, conforme texto de aluna de 7º ano de escola de surdos.

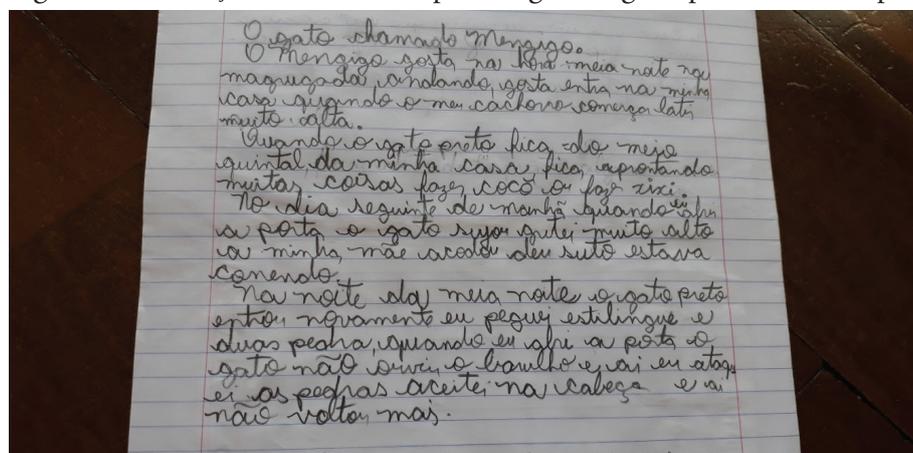
Figura 1 - Produção de texto de opinião partindo da figura



Fonte: Acervo pessoal da professora pesquisadora

A interferência nesse processo fez-se necessária, para que houvesse a possibilidade de aproximar a produção de texto da aluna às normas padrões da língua portuguesa.

Figura 2 - Produção de texto com personagem, lugar e período de tempo definidos



Fonte: Acervo pessoal da professora pesquisadora

Os estudantes participaram efetivamente questionando as dúvidas, informando a respeito

de conhecimentos prévios pertinentes ao texto em estudo, comentando e discutindo sobre as estruturas estudadas, a forma da escrita de palavras, também com respaldo positivo sobre a evolução da produção de texto do estudante do 6º ano, matriculado no ensino regular.

## Conclusão

A educação de surdos se mostrou polêmica na antiguidade (CAPOVILLA; RAPHAEL, 2008), porque profissionais da área da educação acreditavam que os estudantes surdos não eram educáveis ou que seriam capazes de desenvolverem a escrita, além do conflito de metodologias pedagógicas utilizadas na época, como o oralismo e o gestualismo, sendo vistos como uma comunicação total necessária ao aprendizado escolar desses estudantes.

Já em 1926, Vygotsky criticava as práticas educacionais vigentes para a educação dos surdos e também o modo como a língua falada era ensinada, argumentando que, tal como era realizada, tomava muito tempo da criança, em geral não lhe ensinando a construir logicamente uma frase. O trabalho era dirigido para uma «recitação» e não para a aquisição de uma linguagem propriamente dita, resultando em um vocabulário limitado e, muitas vezes, sem sentido, configurando uma situação extremamente difícil e confusa. Vygotsky relata que a problemática dos surdos aparece brilhantemente resolvida nas teorias, mas que na prática, não se observam os resultados desejados.

Essa discussão mantém-se atual. Verifica-se ainda, com muita frequência, práticas de educação que visam a uma produção de fala que faz pouco ou nenhum sentido para os surdos e que os faz despender horas importantes em treinos que não levam à aprendizagem de uma linguagem. O verdadeiro problema parece estar no fato de que a linguagem oral precisa ser *ensinada*; o que ocorre normalmente com os ouvintes é que ela é *adquirida*, sem que para isso haja qualquer procedimento “especial”.

Diante dessa problemática bastante complexa, vários pesquisadores e educadores tentam, há algum tempo, buscar soluções mais eficazes para a educação dos estudantes surdos. Contudo, muitos desses estudos apontam para as dificuldades de linguagem dos surdos e discutem a necessidade de se buscar prioritariamente uma solução para esse aspecto. Qual seria a solução? A educação bilíngue para surdos?

Sendo assim, quanto mais cedo as crianças surdas forem expostas às pessoas fluentes na língua de sinais, assim que aprendida – e pode ser fluente aos três anos de idade – pode haver o aprendizado da leitura e escrita, e talvez da fala, que dependerá da estimulação precoce proporcionada a elas. Segundo Sacks (1998) não há indícios de que o uso da língua de sinais iniba a aquisição da fala, e sim, o inverso.

Para tanto, a professora pesquisadora da SRMI-Surdez tem aplicado as práticas de letramento na educação bilíngue de surdos, estudadas e sugeridas, a fim de beneficiar o estudante na aquisição de leitura e escrita, aproximando sua produção de texto com lacunas e estrutura truncada da estrutura linguística, adequando-as à estrutura linguística da língua portuguesa, em apoio pedagógico ao estudante surdo que beneficie sua escolarização no ensino regular.

Considerando a incapacidade de comunicação como um atraso no desenvolvimento cognitivo, vemos a necessidade da comprovação da prática de letramento bilíngue para alunos surdos, para que as escolas públicas possam aceitar o estudante surdo em suas salas de aula, como sugere a Declaração de Salamanca, porém, não facilitando ou acobertando as dificuldades do surdo no processo de ensino e aprendizagem, mas demonstrando uma forma adequada dele em aprender a segunda língua (língua portuguesa), reconhecida como a língua majoritária em nosso país, conforme determinam a Lei nº 10436/02 (Brasil, 2002) e o Decreto nº 5626/05 (BRASIL, 2005).

Em que pesem as leis e as inaceitações dos profissionais da educação, nós, como profissionais da educação, devemos nos adequar às especificidades dos estudantes para que consigam apresentar um avanço acadêmico em igualdade ao estudante ouvinte. A inclusão do estudante surdo não deve ser nor-teada pela igualdade em relação ao ouvinte e sim, em suas diferenças sócio-histórico-culturais, às quais o ensino se ancore em fundamentos linguísticos, pedagógicos, políticos, históricos, implícitos nas novas definições e representações sobre a surdez.

No entanto, selecionar uma língua traz uma série de tensões, principalmente por se inscreve-rem um grupo majoritário de ouvintes, e outro grupo minoritário daqueles que não ouvem. É necessário, portanto, conhecer melhor todo o sistema que rege a língua de sinais e o aprendizado da mesma, isso não só para os professores e intérpretes de Libras, mas para todos os educadores, a fim de que possam interagir mais com seus estudantes e promover a aprendizagem efetiva e significativa dos mesmos.

## Referências

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras - e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, 25 abr. 2002.
- BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial [da] União**, 23 dez. 2005.
- CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira** (3.ed., v.2.I: sinais de M a Z). São Paulo: Edusp, 2008.
- FERNANDES, E. **Surdez e bilinguismo**. São Paulo: Mediação, 2007.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.
- GOLDFELD, M. **A Criança Surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2.ed. São Paulo: Plexus, 1997.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- LENNENBERG, E. **Biological Foundations of Language**. New York: John Wiley & Sons, 1997.
- SACKS, Oliver. **Vendo Vozes – uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta .São Paulo: Companhia das Letras, 1998 .
- SOARES, F. M. R. ; LACERDA, C. B. F. de . Ser surdo ou ouvinte? Um estudo de caso sobre a cons-trução da identidade de um aluno surdo em escola regular. In: GÓES, M. C. R. de; LAPLANE, A. L. F. (org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2007. v. 1. p. 121-147.
- OLIVEIRA, M.C.C. **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: Novas perspectivas em Políticas Linguísticas**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA-U-NEESCO. **Declaração de Salamanca**. Salamanca, 1994.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- VYGOTSKY, L.S. LÚRIA, A.R.; LEONTIEV, A.N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9. ed. São Paulo: Editora Ícone, 2001.